

BOLETIM INFORMATIVO 06/2012

VOCÊ SABIA?

Leis sancionadas

Foi sancionada pela presidenta da República, Dilma Roussef, a lei Nº 12.663 que dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude 2013, que serão realizadas no Brasil. A lei estabelece a concessão de prêmio e auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970. No entanto, a presidenta vetou alguns dispositivos da lei por entender que vão contra aos interesses públicos. Saiba mais: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm

A presidenta da República, Dilma Roussef, sancionou a lei Nº 12.667, que estabelece regras para o transporte rodoviário de cargas remunerado, realizado por terceiros, e que revoga a lei Nº 6.813, de 10 julho de 1980, para determinar que, no caso de transporte de produtos perigosos, seja seguida a legislação federal específica para esses casos. Entretanto, a presidenta vetou o dispositivo § 2º do art. 1º da Lei Nº 11.442, que está inserido no art. 1º do projeto de lei e que determina que a Agência Nacional de Transportes Terrestre (ANTT), articulada com o órgão ambiental federal, estabeleça o Registro Nacional para os Transportadores Rodoviários de Produtos Perigosos (RNTRPP). De acordo com o veto, não há a necessidade de se criar um novo cadastro, uma vez que já existe o Registro Nacional de Transporte Rodoviário de Cargas (RNTRC). Leia mais: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12667.htm

O vice-presidente da República, Michel Temer, no exercício do cargo de presidente, sancionou a lei Nº 12.671, que cria 560 cargos de Advogados da União. A criação destes cargos está prevista no inciso I do art. 20 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Art. 1º). Entretanto, essas contratações estão condicionadas à sua autorização na lei orçamentária anual, que deve ter recursos suficientes para essas contratações. De acordo com seu parágrafo único, "se a autorização e os respectivos recursos orçamentários forem suficientes somente para o provimento parcial dos cargos, o saldo da autorização e das respectivas dotações para seu provimento deverá constar de anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem considerados criados e providos". Leia mais: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12671.htm

Projetos de Lei

Está aguardando o despacho do presidente da Câmara dos Deputados, o projeto de lei 4088/2012, de autoria do senador Pedro Eugênio (PT), que acrescenta parágrafos ao Art. 3º da Lei nº

10.101, de 19 de dezembro de 2000, que aborda a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa com objetivo de dispor sobre a premiação em programas de incentivo à produtividade. De acordo com a justificativa do projeto, trata-se "de um importante instrumento de gestão participativa". Entretanto, são necessárias algumas revisões para evitar discussões doutrinárias e jurisprudenciais e não reduzir a utilização deste recurso. Acompanhe: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=548500>

Foi proposto pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) o projeto de lei 400 4082/2012 que altera o art. 186, da Lei 8.112/90 e o art. 151 da Lei 8.213/91, acrescentando algumas doenças ao rol de doenças que devem ser cobertas pelos planos de saúde. Segundo a justificativa do projeto, o acréscimo das doenças deve-se à pesquisa em algumas unidades das Juntas médicas (tanto do CRPS- RGPS, quanto dos RPPS) com o aval dos especialistas consultados, que concordam em incluir tais doenças no rol de doenças especificadas em Lei. O projeto está aguardando o despacho do presidente da Câmara dos Deputados na Seção de Registro e Controle de Análise da Proposição/SGM. Informe-se: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=548427>

Está tramitando na Câmara dos Deputados o projeto de lei 4077/2012, de autoria do deputado Edson Giroto (PMDB/MS), que acrescenta o art. 12-A à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde". O projeto obriga as operadoras de planos de saúde a apresentarem justificativa detalhada quando negarem a cobertura a algum beneficiário. A justificativa do projeto diz que "se um profissional de saúde recomenda um procedimento e a operadora se recusa a cobri-lo, seja por razões de ordem técnica, seja por questões de fundo contratual, é fundamental que o cidadão seja informado corretamente e de forma clara e precisa dos motivos que levaram ao não cumprimento da cobertura pretendida". <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=548354>

Está em análise pelo Senado Federal, o projeto de lei Nº 209 de 2012, de autoria da senadora Ana Amélia, que "altera a Lei nº 8.078, de 19 de setembro de 1990, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor, para incluir penalidade pra quem deixar de eliminar pontualmente, dos cadastros ou bancos de dados, informações negativas referentes a período superior a cinco anos". Saiba mais! http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=106093

Nosso Boletim fica por aqui! Obrigado por nos prestigiar e nos colocamos à disposição para dúvidas, esclarecimentos, críticas e sugestões. ATÉ A PRÓXIMA!